

**EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 7.386 - DF
(2014/0107425-0)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**
EXEQUENTE : SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DO
AMAPÁ - SINDPOL/AP
ADVOGADOS : MARCELO LAVOCAT GALVÃO - DF010958
PAULO SÉRGIO CUNHA E OUTRO(S) - DF019763
EXECUTADO : UNIÃO
INTERES. : SELMA SOCORRO DA SILVA BRAGA
INTERES. : SEVERIANA DOS SANTOS VIANA
ADVOGADO : DIEGO MICHEL COSTA BARBOSA - DF036232
INTERES. : SEVERINA LACERDA FACANHA
INTERES. : SIMONI BARBOSA BRITO
INTERES. : SUELY MAGALHAES DE ALMEIDA
ADVOGADO : DIEGO MICHEL COSTA BARBOSA - DF036232
INTERES. : TANIA MARIA LACERDA FACANHA
INTERES. : TATIANE DE OLIVEIRA MOREIRA
INTERES. : TELMA SUELI DO NASCIMENTO OLIVEIRA
INTERES. : TEREZA SANTOS DE SOUZA
INTERES. : TIANA MARCIA LACERDA FACANHA
INTERES. : TURCIA MARIA VILHENA SANTOS
ADVOGADO : DIEGO MICHEL COSTA BARBOSA - DF036232
INTERES. : VENINA LOBATO DOS SANTOS
INTERES. : VITORIA BARBOSA MARTINS
ADVOGADO : EDUARDO MARCOS DE ALMEIDA - DF020026
INTERES. : ZENEIDE GUERREIRO DOS SANTOS
INTERES. : ZENILDA SOCORRO GUERREIRO DOS SANTOS

DECISÃO

Com o trânsito em julgados dos embargos à execução e a determinação de desmembramento da execução original, o Sindicato exequente apresentou os cálculos relativos ao grupo de substituídos relacionados à fl. 8.

Intimada a se manifestar acerca dos valores executados, a União se insurgiu contra os seguintes pontos: (a) utilização da variação do IPCA-e para a atualização dos cálculos a partir de jul/2009, quando o correto seria a variação da TR; (b) os juros moratórios deveriam ter sido limitados à data do trânsito em julgado dos embargos; (c) não foram aplicados juros moratórios sobre os valores pagos administrativamente; e (d) não foram abatidos os valores relativos aos honorários sucumbenciais fixados nos embargos à execução.

Em resposta, a parte exequente requereu a expedição de requisições

dos valores incontroversos reconhecidos pela União com destaque dos honorários advocatícios.

A decisão de fls. 313-314 deferiu o pedido e à fl. 338 a Coordenadoria de Execução Judicial (CEJU) certificou a expedição.

Seguiram diversas petições de cessão de crédito, todas homologadas.

Em atendimento à parte final da decisão de fls. 313-314, a CEJU apresentou as informações e cálculos de fls. 416-417 relativos ao valor remanescente.

É o relatório.

DECIDO.

Passo à análise dos pontos questionados pela executada na petição de fls. 236-285 a fim de possibilitar a apuração de eventuais valores remanescentes aos substituídos:

(a) Índice de correção monetária

Conforme consta da movimentação processual do RE n. 870.947, processo submetido à sistemática de repercussão geral em que se discute o índice de correção monetária que deve ser aplicado nas contas de liquidação em condenações impostas à Fazenda Pública, há julgamento pautado para o dia 3 de outubro próximo, de forma que, para permitir a liquidação do julgado, determino a utilização do IPCA-E, estabelecendo, desde já, que sejam adotados os índices determinados pelo STF no julgamento do referido recurso, inclusive com eventuais alterações feitas em sede de embargos de declaração lá pendentes.

Nesse sentido, considerando que o STF concedeu efeito suspensivo aos embargos de declaração opostos no RE n. 870.947, entendo que, por cautela, devem ser feitos dois cálculos: um utilizando a taxa referencial como correção monetária, e outro o IPCA-E, sendo que **a expedição do precatório dos valores remanescentes, se houver, se dará pelo primeiro cálculo**. Além disso, um novo precatório complementar deverá ser expedido quando transitar em julgado o recurso extraordinário, observando eventuais modificações no julgamento, conforme já estabelecido.

(b) Termo final dos juros de mora

Quanto ao termo final dos juros de mora, deve ser considerado o decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE n. 579.431, apreciado pela sistemática da repercussão geral, que, analisando o Tema n. 96, veio a fixar a tese de que *incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório*.

(c) Juros no pagamento administrativo

Superior Tribunal de Justiça

O pagamento administrativo deve ser abatido da dívida na data em que ocorreu. Desse modo, a partir deste abatimento, não há mais juros incidindo sobre o montante já quitado, razão pela qual também não devem ser calculados juros sobre os pagamentos.

(d) Abatimento dos honorários sucumbenciais fixados no julgamento dos embargos conexos

No que diz respeito à sucumbência, a questão está superada, uma vez que nos valores incontroversos requisitados foi feito o abatimento dessa verba, conforme indica a tabela de fl. 321.

Ante o exposto, determino o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Execução Judicial para elaboração de novo cálculo com abatimento dos pagamentos administrativos na data em que ocorreram, certificando os critérios. Do cálculo, as partes deverão ser intimadas novamente, independente de nova conclusão.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019.

Ministro NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção